



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público. - CPIBNDES

REQUERIMENTO N.º , DE 2015 (Do Senhor Betinho Gomes)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. Aloizio Mercadante, Ministro Chefe da Casa Civil.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. Aloizio Mercadante, que exerce o cargo de Ministro Chefe da casa Civil para prestar depoimento.

JUSTIFICATIVA

A Casa Civil precisa explicar à sociedade quais motivos levaram o Governo Federal a regularizar uma área proibida para portos na cidade de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Santos, no litoral paulista. De acordo com informações divulgadas pela imprensa, nesta terça-feira (15), Decreto presidencial deu aval para que Odebrecht e algumas empresas estrangeiras erguesse um empreendimento em local inadequado na região.

A regularização de um terminal de contêineres teria ocorrido semanas após a obra ter sido inaugurada pela presidente da República, Dilma Rousseff. Trata-se do Embraport, uma área que tem como parceiros a empreiteira brasileira e a Dubai Ports. Ainda de acordo com as informações publicadas, dos R\$ 1,8 bilhão, que foram investidos no porto, R\$ 663,3 milhões são do BNDES, via Caixa, com juros de 3% ao ano, e R\$ 786 milhões vieram do BID.

Na nossa avaliação, créditos do maior banco de fomento da América Latina não podem estar associados a uma obra que começou irregular e com uma “ajudinha” do governo federal conseguiu a liberação do terreno para o funcionamento do negócio.

Esta operação atípica exige desta CPI apuração profunda sobre o caso. Para tanto, faz-se necessária a presença do ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, no colegiado.

**Deputado Federal Betinho Gomes
PSDB-PE**